

## PEDAGOGIA SOCIAL: NECESSÁRIA PORQUE É HOLÍSTICA

JACY MARQUES PASSOS <sup>1</sup>

**RESUMO:** Tratar da pedagogia Social como uma pedagogia necessária, exige do educador social uma prática que vai além das suas ações enquanto profissional. Nesse sentido, conscientizarmos acerca das colaborações positivas, na perspectiva das Teorias Marxista e o quanto contribuem, para o entendimento do quadro atual da sociedade, possibilitará um olhar crítico no contexto sócio histórico, para compreensão da necessidade em atuações assertivas. Esse fator, portanto, pressupõe historicizar o percurso da assistência social e o quanto as teorias marxistas, nesse contexto, ainda estão presentes, já que a problemática social, desde o século XV no Brasil, padece com assistencialismo, genocídio e populismo governamental, resultante do capitalismo, sem de fato, agir com prevenção aos problemas. Nesse sentido, a problemática se reflete em ruas e abrigos repletos de crianças e adolescentes, além de escolas com educação que não transforma o cidadão, uma vez que, são inúmeras gerações tratadas verticalmente pelo Estado, e que de fato se revela no retrato social de um País. Portanto, acreditar na força das ações conjuntas empreendidas, nas propostas dos educadores sociais, que tem como premissa a necessidade da Pedagogia Social, estará suscetível a esperança que vislumbre igualdade e justiça social, na perspectiva horizontal inclusiva, levando-se em conta todo alicerce histórico, construído pela humanidade. Assim, a Pedagogia Social, que é holística, como uma pedagogia necessária com suas especificidades e relevância histórica, contrapõem práticas do passado e possibilita produzir essa autorreflexão com vistas à sua ressignificação, em que paire o respeito às leis com respeito ao ser humano como preconiza as Nações Unidas para a sociedade do século XXI. Palavras-chave: Pedagogia Social, Educação Social, Educador Social, Assistência Social

---

<sup>1</sup> Educador Social e Recriador Social, nos espaços Rua, equipamentos de Acolhimento Institucional, Programas e Projetos Sociais do Governo Federal e Municipal, Casa de Apoio às Adolescentes e Centro de Acolhimento e Cidadania (São Gonçalo – RJ) no período 1986 a 2016 e 2017 – Coordenador do Núcleo de Formação Continuada e Comunicação (NUFOCCO). Currículo Lattes 2643833115893778 – Palestrante do Projeto PIPAS – UFF (Pedagogia Social). Licenciatura em Pedagogia

## 2 - INTRODUÇÃO

Neste artigo procura-se descrever a interface e as influências assertivas que a Pedagogia Social produz a partir de sua aplicação nos contextos formais, não formais com foco em seus impactos positivos e com viés nas ações do educador social.

Para além das técnicas desenvolvidas nas práticas pedagógicas sociais, após reflexões sobre as ações, colocar uma lupa no contexto histórico que permeia a trajetória, é importante do ponto de vista da educação social e o contexto social ao longo dos anos.

Nesse quadro, faz-se necessário diferenciar as competências do Educador Social, nas suas diversas competências nos marcos da Pedagogia Social. Além disso, é importante analisar a interface na mediação deste processo educativo com a escola, instituições sociais, rua e comunidade que perpassa desde a consciência à necessidade de Pedagogia Social neste transcurso.

Portanto, nessa logicidade, o papel do Pedagogo/educador Social se fortalece nessa construção por valorizar, ressignificar, lutar por igualdade e justiça social, pois, perpassa a importância de ser um com o outro, em todos os aspectos, como afirma a pedagogia social.

### **AS INFLUÊNCIAS POSITIVAS DAS TEORIAS MARXISTAS**

Retornar o período histórico nos remete, e é inevitável não mencionar, as Teorias de Marx e Engels pois, entendemos que a partir dessa compreensão, pode-se avançar no entendimento dos desdobramentos que influenciaram as políticas econômicas, educacionais, de saúde e assistenciais dos países que, inevitavelmente, compõe esse bloco mundial do capitalismo.

A análise da anatomia do Estado apresentada por Marx e depois sistematizada pelos marxistas procura circunscrever o tema no centro do desenvolvimento social, político e econômico da produção capitalista. Neto, (1993, p. 27)

Nesse processo de desenvolvimento, segundo Neto (1993, p. 27), o todo crescente vai se construindo categorias analíticas, como a de mais-valia, alienação, fetiche da mercadoria, venda da força de trabalho, divisão de classes, conceitos e categorias imbricadas no Estado.

Para os marxistas, o Estado vai-se configurando em sintonia com o desenvolvimento das forças produtivas e das articulações políticas dos distintos grupos que compõe a sociedade. Neto (1993, p. 27)

Nessa linha de pensamento, o autor destaca que o trabalhador que não dispõe dos meios de produção, vê-se obrigado a vender a sua força de trabalho e, conseqüentemente, perde o controle da sua vida e da história. O que Marx define como alienação. Por outro lado, capitalista e trabalhador sobrevivem e dependem um do outro.

Desde o início do capitalismo o trabalhador sente que todo o seu tempo é sugado pelo patrão, não lhe restando momentos para educação, lazer, convívios sociais e prática religiosa no dia do descanso, mesmo no País dos santificadores do domingo. Neto apud Marx (1993, p. 37)

A partir dessa ótica, segundo Neto (1993, p. 34), com essa tensão, surge o Estado do Bem-Estar Social, ou Estado Protetor, que assimila as conquistas sociais que visam assegurar a sobrevivência e a reprodução da força de trabalho – habilitando-o tecnicamente às novas exigências do mercado - e com isso, amenizar os conflitos sociais, sem deixar de elevar o padrão de vida do trabalhador.

Para compreender o capitalismo, é necessário desvelar como se articulam os modos de produção material e espiritual e as formas de acesso do trabalhador ao produto em suas diferentes maneiras de distribuição. A análise de Marx emerge no cerne das contradições capitalistas e de seu diálogo crítico com os liberais e os jovens hegelianos que acreditavam que as relações sociais são determinadas pela consciencia. Neto (1993, p. 34;35)

A partir dos pressupostos Neto apud Sposati (1993, p. 52), afirma que o Estado de Bem-Estar social não visa apenas controlar o trabalhador e força-lo a aumentar a produção, mas na medida em que os trabalhadores se organizam, proporciona melhores condições para a “classe trabalhadora”. No quadro da sociedade brasileira, a política social fortalece, produz e reproduz um conjunto de contradições sociais.

“... O Estado de Bem-Estar social não deixou de ser um estado classista, isto é, um instrumento poderoso para a dominação de classe...” Neto apud Oliveira, (1993, p. 52)

Diante das pontuações compreendidas acerca do capitalismo, entende-se os fatores pelos quais desdobraram em diversas razões que, afetaram a política assistencial, em todas as nações, entretanto, objetiva-se neste artigo, fazer um recorte na Assistência Social do Brasil e seus impactos na infância e adolescência nos espaços formais e não formais de educação.

## **ASSISTENCIA SOCIAL – PERCURSO HISTÓRICO**

Ao iniciar esse percurso, que trata da Assistência Social no Brasil, debrucei-me na obra De menor a cidadão, filantropia, assistência social e genocídio, na qual, Neto (1993, p. 53) aborda a temática numa ótica bem ampliada, onde afirma que, ao desvendar as tramas

das políticas sociais no Brasil, compreende-se a ambiguidade, que faz dessas políticas um mecanismo de controle e dominação do Estado sobre a população de baixa renda, no entanto, esse mesmo Estado, também é um instrumento de garantias dos direitos sociais dessa mesma população.

A política social brasileira, em nossa concepção, deveria ser observada dentro dos princípios capitalistas onde está inserida, ou seja, no cenário brasileiro, estruturado originalmente em interesses contraditórios e divergentes. Assim, teríamos as condições objetivas para exprimir a dubiedade do Estado capitalista brasileiro que, através das políticas sociais, ora oprime, ora liberta, o conjunto da classe trabalhadora. Neto (1993, p.55)

O autor, certifica que apoiado nessa dinâmica, busca e pretende capturar o sentido da assistência ou políticas sociais no interior do populismo<sup>2</sup>. Dessa forma, Neto (1993, p. 74) pontua que a Assistência Social tem início no período colonial, com princípios que se fundamentam nos princípios europeus. Numa dinâmica econômica na relação senhor-escravo, pois, quem se encontrasse fora dessas categorias sociais estaria, automaticamente, excluído do sistema, sendo conhecido como homem livre, que permanecia na vadiagem<sup>3</sup>.

Como afirma Bernal (2004, p. 42):

Essas crianças e jovens eram vistos e qualificados pelos diferentes discursos. Em alguns momentos, eram vitimizados como “entezinhos infelizes”, ora podiam ser malvistas, como “ delinquentes, vadios ou pervertidos”. Inúmeras eram também as previsões sobre o futuro da infância, umas com tom mais otimista como a que emerge com a frase de efeito de como, “sua majestade, a criança, atrás desse sorriso, virá contemplar-nos a grandeza do Brasil, que ajudemos assim a construir”; outras, num tom de completo pessimismo, a “infância desamparada, ela crescerá como planta daninha, cujos frutos serão a ociosidade, a embriaguez, a prostituição e o crime, na melhor das hipóteses, representará ela, um peso morto na quantidade inexpressiva na dinâmica social”

Nessa linha de pensamento, outras consequências são demonstradas por Neto (1993, p. 79) ao analisar profundamente a história da criança e do adolescente no Brasil, o que nos coloca frente a uma sequência quase ininterrupta, de uma série de violências cometidas, tais como: maus tratos, abandono, brutalidade, abuso sexual, violência psicológica e física, fome, exploração no trabalho infantil, que desenham, sem dúvida, um quadro de genocídio.

De uma ou outra forma, eles sempre desenvolveram alguma atividade para contribuir no rendimento e na sobrevivência de todos os membros da família. Essa prática tem forçado as crianças a abandonarem a escola e partilharem de um modo de vida que não encontra lugar no sistema, a não ser de modo negativo, sendo

<sup>2</sup> A questão do populismo no Brasil, segundo o autor, é aqui enfocada apenas com a intenção de retomar algumas de suas teses, para demarcar a trajetória da assistência nesse momento histórico. A temática do populismo já foi soberanamente trabalhada e discutida por diferentes intelectuais brasileiros, entre os quais podemos destacar Octavio Ianni, *O colapso do Populismo no Brasil*, 3ª Editora Civilização Brasileira, 1975.

<sup>3</sup> Os vadios eram homens destituídos de terras e, portanto, não eram senhores. E estavam excluídos do processo de produção, por também não serem escravos. Eram livres, utilizados pelos fazendeiros, quando lhes convinha. Os que tinham “mais sorte” podiam ser contratados como capatazes ou caçadores de escravos. (Souza, 1964. p. 64)

encarados oficialmente como menores carentes, abandonados, “pivetes”, trombadinhas. Neto apud Arruda (1993, p. 79)

Pode-se entender, então, que essa história, segundo o autor, é carregada da privação dos direitos sociais, inerentes à infância e adolescência no Brasil. Nessa conjuntura, isso significa que a ausência de políticas sociais bem estabelecidas, resultam em consequências que apontam para uma política de genocídio, presente em toda história brasileira, no que se refere à criança e ao adolescente.

Nessa perspectiva, portanto, no que diz respeito a falta de políticas sociais básicas, relacionados a questão da criança e do adolescente, estas sempre demonstraram outros desdobramentos ao longo da história, e o corolário no aspecto da institucionalização, é um legado do Brasil colônia, pois, de 1.500 até 1.822, o Brasil se estruturou econômica e politicamente através do vínculo com a metrópole portuguesa.

Nessa época, as leis e as ordens para as crianças vinham da metrópole e eram aplicadas pela burocracia, dos representantes da corte e da igreja católica. A Igreja e o Estado uniam-se no processo de manutenção do poder, articulando a conquista armada com a legitimação religiosa. Essa estratégia incluía a vinda de jesuítas para catequizar os nativos e facilitar a colonização. Porém, diante da resistência dos índios à cultura europeia e a formação cristã, os padres resolveram investir na educação e na catequese das crianças indígenas, consideradas “almas menos duras”.

Passado o período descrito, outro ponto importante a se destacar, na prática da institucionalização de crianças no Brasil, é conhecer a história do atendimento a criança, sobretudo a “criança pobre” a fim de apreender de forma mais ampla esse contexto.

Apesar de relevante, não é a proposta central, realizar uma ampla apresentação do tema, por ser difícil, condensar uma tessitura tão complexa como a da institucionalização em nosso país. Nesse sentido, será apresentada generalidades sociais e históricos que nos permitem pensar esta temática da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, cujas histórias de crianças nascidas em situação de pobreza ou em família com algum tipo de dificuldade, tivessem seu destino praticamente certo nas instituições, como se fossem órfãs ou abandonadas.

## **A INSTITUCIONALIZAÇÃO**

Destaco então, um fato emblemático e relevante de se abordar, que é a primeira instituição, cujo autor Neto (1993, p. 80), registra que, para facilitar os trabalhos dos Jesuítas,

estes na medida do possível, separavam algumas crianças das tribos, as quais iam residir na “Casa de Muchachos<sup>4</sup>” em Piratininga, onde se reuniam os órfãos e os filhos dos gentios. Nesse sentido, enfatizar que tanto os indígenas quanto as crianças eram concebidos pela cultura dominante ou dos conquistadores como seres destituídos de vontade e desejos, e por que não dizer, até mesmo como “animais”, “sem alma”, de cuja existência se duvidava.

Numa sociedade de caráter patriarcal, o adultério era um delito que recaía sobre a mulher e a criança. Sabemos que em sociedades primitivas era resolvida pelo infanticídio a questão das crianças não desejadas. Mas, nessas sociedades urbanas “civilizadas”, passa-se a prática do abandono ou confinamento em instituições de caridade. Neto (1993, p. 81)

Outro acontecimento nessa cultura dominante, que levou a uma das saídas encontradas pela Santa Casa de Misericórdia, foi a criação da Roda dos Expostos<sup>5</sup>, que acompanhava a tradição portuguesa<sup>6</sup>, uma vez que, os problemas da infância e à adolescência davam visibilidade ao crescente número de crianças abandonadas e expostas à própria sorte.

(...) recebia bebês rejeitados até o final dos anos 40. Feitos de madeira, eram geralmente um cilindro oco que girava em torno do seu próprio eixo e tinha uma portinha voltada para rua. Sem ser identificada, a mãe deixava seu bebê e rodava o cilindro 180 graus, o que fazia a porta ficar voltada para o interior do prédio, onde alguém recolhia a criança rejeitada. Em São Paulo, bastava a campainha soar no meio da noite para as freiras da Santa Casa terem a certeza de que mais uma criança acabava de ser rejeitada” Rizzini (2011, p. 19-20).

Nesse panorama, o autor atesta que os negros livres não estavam condicionados aos preconceitos sociais da época, todavia, era relacionado aos fatores econômicos que os tornavam dependentes. Compreende-se que um filho ilegítimo não desonrava a mulher negra<sup>7</sup> como a branca.

A maioria dos enjeitados deveria ser filhos de mulheres livres, pois “... para uma mulher escrava seria difícil ocultar sua condição de gestante assim como o filho, que pela lei, pertencia ao seu proprietário, natural interessado na criança” Neto apud Mesgravis (1993, p. 81)

Outro ponto a se analisar é, especificamente, o recorte no ano de 1871, que segundo Neto (1993, p. 80), provavelmente, a primeira Lei que procurou defender os direitos da

<sup>4</sup> Entre 1550 e 1553, foram criadas as casas de Muchachos – “plataforma dos abrigos e internatos educacionais que perduraram por séculos” (Sposati, 2004, p.1), custeadas pela coroa portuguesa.

<sup>5</sup> A Roda dos Expostos era um instrumento mecânico de forma cilíndrica que girava sobre o próprio eixo, para o exterior e o interior da Santa Casa. Instaladas em Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738), Recife (1789) e em São Paulo (1825). A deposição da criança enjeitada nessas rodas garantia o anonimato dos genitores, que indicava um problema urbano.

<sup>6</sup> Nesse período, tudo indica que em sua maioria, as crianças abandonadas nas rodas, eram filhas de mulheres brancas, uma vez que, as crianças ilegítimas, pela moral da época, causavam um escândalo social para as famílias nobres e para mulher branca em geral. Causavam um escândalo social para as famílias nobres e para mulher branca em geral Segundo afirma Neto apud Russel-Wood (1993, p.81).

<sup>7</sup> As crianças negras ilegítimas eram absorvidas pela família negra, na qual, sempre cabia mais uma criança desde que houvesse alimentação. Talvez isso explique, portanto, porque tão poucas crianças negras eram colocadas na roda dos expostos.

criança, tenha sido a Lei do Ventre Livre, todavia é evidente que a abolição da escravidão não significaria a abolição da exploração das crianças no trabalho<sup>8</sup> e sim a substituição de um sistema por outro.

Tal enunciado fazia da criança a partir dos oito anos de idade um trabalhador, praticamente nas mesmas condições de escravidão. Embora a maioria dos autores que estudam o assunto afirmem que as crianças abandonadas que hoje pululam nos grandes centros urbanos, em sua maioria de cor negra, sejam um resultado dessa lei, possuímos indicadores de que já em 1693, a administração do Rio de Janeiro pensava em formas de equacionar a questão do abandono das crianças. Neto (1993, p. 80)

Sem perder de vista as tentativas no equacionamento desse problema social de proporções enormes, avançamos na história, e perceber, que o número de crianças e adolescentes abandonadas nas praças, terrenos baldios e nas portas das igrejas era tão elevado que o orçamento público só tinha condições de fazer-lhes uma assistência precária, o que explica ou justifica o cenário Nacional contemporâneo, principalmente no que se refere as políticas públicas, como afirma ARAÚJO (2015 p. 158):

As políticas públicas cuidam dos efeitos e não das causas, fazendo com que os fatos permaneçam como estão, acarretando com isso a inalteração dos fatos. Esse é um processo histórico no Brasil, onde muito se fala e pouco se faz. Parece que sofremos de certa lerdeza na hora de executarmos nossas propostas, que geralmente não saem do papel, ou quando saem de pouco adianta.

A partir das reflexões do passado, como intervenção higienista somado a filantropia e assistência social, estas garantiram por algum tempo, o sucesso de ordenamento social, porém a emergências de novas categorias sociais, punha em evidência, nos primeiros anos do século XX, a criança e do adolescente abandonados, chamados de “menores” em situação irregular, ou “menores” infratores, exigindo políticas públicas que respondessem à questão.

Importante salientar que nesse percurso histórico, na perspectiva de avanços, Neto (1993, p. 78) pontua que a Constituição de 1988 dá um salto qualitativo, no que diz respeito às políticas sociais, dentre elas, a de assistência, reconhecendo-a como direito de todos os brasileiros.

A ampliação dos direitos assistenciais, contida na Carta Magna de 1988, possibilita um novo caráter distributivo da renda nacional, através das políticas sociais. Substantivamente, o novo modelo de assistência prevê a proteção a família e a maternidade; a infância e a adolescência; e à velhice ... a pessoas com de deficiência. Em termos organizacionais também nessa área se preconiza a municipalização das ações de assistência e participação da população na formulação e implementação das políticas. Neto apud Draibe (1993, p. 78)

---

<sup>8</sup> O trabalho infantil continuaria como instrumento de controle social da infância e de reprodução social das classes, surgindo, a partir daí outras instituições fundadas em novos discursos.

Após compreender a contextualização histórica desse processo que envolve a assistência social, torna-se importante também historicizar a relevância e o contexto no qual, o profissional educador social está inserido, uma vez que, é um mediador do diálogo do educando com o conhecimento, bem como conceituar a Educação Social e suas características.

## **A EDUCAÇÃO SOCIAL E O EDUCADOR SOCIAL**

Diante da amplitude da Educação Social, faz-se necessário, portanto, compreender o conceito, que segundo Machado (2006, p. 12) define essa terminologia, elaborada por pesquisadores do INEP<sup>9</sup>, que pressupõe a Educação Social como uma proposta de qualificar as pessoas nas suas comunidades, com vistas a serem capazes, conscientemente, de decidirem seu conhecimento, sua vida, seu trabalho, sua ação política e seu espaço social, e com esses pressupostos enumerar as finalidades a que se propõe:

- I. Formar a pessoa como um ser social, isto quer dizer, conscientizá-la e prepará-la para viver em uma sociedade na qual tenha o seu espaço garantido e possa desempenhar com todas as possibilidades que lhe sejam inerentes como ser vivo, e interligado a outros;
- II. Formar a pessoa desde uma determinada ideologia de educação política e nacionalista, algo que já tem sido feito durante muito tempo em regimes considerados de exceção e que, muitas vezes cortaram a liberdade da pessoa pelo interesse de um grupo ou partido. Isto não é inusitado, já que acontece com farta frequência no desenvolvimento de algumas sociedades, mesmo as mais favorecidas;
- III. Formar a pessoa desde a ação educadora da sociedade. A própria sociedade se torna extremamente consciente das suas possibilidades e consciência futura. A sociedade, portanto, é elemento educador por excelência, que ajuda a desenvolver o ser humano de uma forma mais completa e totalizadora.
- IV. Formar a pessoa desde uma ótica de assistência social. Isso já tem sido feito e é chamado assistencialismo, isto quer dizer que ajudar os outros de maneira imediata, na tentativa de que possam resolver seus problemas mais emergentes e conflitivos.

Existe uma ampla gama de conceitos, e Machado apud Cabanas (2006, p. 13), considera a complexidade da área e elenca três conceitos para compreender a educação social:

1. Educação social entendida como forma exclusiva de educação, direcionada à essência e à finalidade do trabalho educativo, entende que esse se reduz à perspectiva de socialização do indivíduo.
2. Educação social como um aspecto importante da educação geral, junto a outros aspectos, como a educação intelectual, física, moral e religiosa. Seu objetivo é a socialização do indivíduo e seu aprimoramento integral;
3. Educação social como forma pedagógica do trabalho social, atende pela educação aos problemas de exclusão ou de vulnerabilidades sociais em que se encontram muitos grupos ou indivíduos.

---

<sup>9</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)

É a partir dessa lógica que a Educação Social pode ser compreendida e reconhecida. Talvez seja redundância adjetivar a Educação de Social, uma vez que a prática educativa é social por si mesma uma prática social. Assim, a relevância da Educação Social, que em todo permeou o desenvolvimento histórico da assistência social, e que teve nessa trajetória, o Educador Social como sujeito das ações pedagógicas sociais assertivas, buscar na obra Fundamentos da Pedagogia Social, foi fundamental, pois pontua a definição desse profissional, denominado, Educador entre outras, como, Arte Educadores, Agentes Sociais.

Nessa conjuntura, na historicidade do educador social, é necessário mostrar que possui diferentes formações e níveis de conhecimento. Logo, se todas essas práticas passam a ser consideradas Educação Social, então, o Educador também passa a receber o adjetivo de social.

O educador social precisa estar sempre atento à possibilidade de mudanças, não somente pela inquietude, mas pela indignação com práticas educativas equivocadas e discriminatórias que também fazem parte do cotidiano educativo, a fim de que, durante o processo educativo, possa corrigir as rotas, redefinir caminhos e rever posturas inadequadas, construindo permanentemente o conhecimento. Graciani (2014, p. 31)

Nesse contexto, sistematizar conhecimentos, capacidades e atitudes do Educador Social, é plausível, uma vez que, na sua atuação será exigido a utilizá-las, já que, compreendemos a Pedagogia Social como necessária. Nesse sentido, ao apresentar a taxonomia do Educador Social, a autora Mercès (2010 p. 124), trata das competências do Educador social, o que implica em alertar não ser a definição única do termo competências.

A autora afirma que, para entendermos o que se refere, as competências como conjunto de conhecimentos, habilidades e qualidades que permitem a uma pessoa realizar bem as tarefas encomendadas, não é o termo entendido somente como um perfil de um posto, mas como a qualidade, a competência na realização do mesmo.

Nessa perspectiva, conhecer e reconhecer os **estilos dos educadores sociais**, contribuirá para a construção do profissional alinhado com as demandas pedagógicas sociais que se apresentam. Dessa forma, ser capaz de refletir sobre a própria prática.

Para Mercès (2010, p. 132, 133), divide-se da seguinte maneira:

**EDUCADOR SOCIAL RESIGNADO:** Quer dizer, aquele centra seu ponto de vista nos aspectos pouco estimulantes de sua profissão, queixa-se do mau funcionamento de tudo, mas tampouco trabalha para melhorar as coisas. Destaca-se por sua atitude passiva.

**EDUCADOR SOCIAL TECNICIZADO:** Quer dizer, excessivamente aplicador dos recursos e com atitudes abertamente desvinculada do “social”. Destaca-se por proceder de modo rigorosamente técnico.

**EDUCADOR SOCIAL CONFORMISTA:** Quer dizer, um mero executor de protocolos e prestador de serviços. Destaca-se por uma atitude adaptadora. Seria a pessoa que encontrou a maneira de trabalhar sem muitos sobressaltos, sem excessivas esperanças, e sem graves decepções. Tem atitudes do tipo: “vamos levando”, “vamos como Deus quer”, enfim, eu faço o que me disseram para fazer.

**EDUCADOR SOCIAL CRIATIVO:** A quem poderíamos chamar “realista” porque achamos que realismo não é estranho a uma atitude proativa. É um educador otimizador, quer dizer, aquele que apoia alternativas inovadoras de melhora. Destaca-se por sua atitude construtiva e otimista. Expressões tais como “vamos ver como resolvemos”, “por que não propomos um plano de ação a...ou para...”, “analisemos esse caso e passemos a...”, “como poderíamos melhorar esse protocolo?”. São atitudes estimuladoras para as equipes. Uma atitude positiva sempre olha para a frente, visando a atividade.

Após desenvolver a taxonomia, o que não objetiva engessar o desenvolvimento profissional do educador social, mas com o sentido de refletirmos sobre a nossa prática, busca-se socializar conhecimentos que aponte para contribuições com bases para construção de um fazer permeado de aprendizados e consistência nas ações.

Ser educador social é um grande desafio, pois constitui-se em uma tarefa artesanal de construir uma ideia, uma obra, uma esperança futura, edificar saberes aprendidos e cultivados no cotidiano da vida em um movimento dinâmico e complexo entre seres humanos. Toda relação educativa é uma relação de e entre pessoas que aprendem a viver os saberes, os valores, os ritos, hábitos e costumes de uma determinada época em uma dada sociedade Graciani (2014, p.25)

Ao considerarmos o panorama do país e o desmonte da política de assistência, apresentados até aqui, bem como, as influencias das teorias de Marx e Engels sobre Assistência Social no Brasil, e as graves consequências ainda hoje para sociedade, insta discorrer, nessa perspectiva, a compreensão da Pedagogia Social, como uma pedagogia necessária, para transformação do ser humano e protagonismo do educando e fortalecimento da sociedade.

## **PEDAGOGIA SOCIAL: NECESSÁRIA PORQUE É HOLÍSTICA**

Compreender a Pedagogia social como uma pedagogia necessária porque é holística, justifica-se as razões pelas quais, nos levam a busca da humanização nas relações, como elemento norteador para compreensão da realidade de crianças e adolescentes inseridos em contextos que os oprimem e que ratifica a desumanização histórica e que atravessa gerações.

Como afirma Freire, (1987, p. 16):

A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação

histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos.

Refletir sobre humanizar humanos, deveria ser algo impensado. Pois, uma convivência digna é preceito do bom relacionamento. Nesse entendimento, o resultado dessa forma de pensar (a desumanização), perpassa a esfera capitalista, como certifica Freire (1992, p. 49) quando pontua que o esfacelamento do chamado “socialismo realista”, afirmou o capitalismo como excelência, e este, deixa consequências extremas. Contudo, no contraponto dessa excelência do capitalismo, reafirmar o compromisso pedagógico social na construção produzida pela humanidade, assegura na perspectiva de ações assertivas, dignidade nas relações humanas.

Que excelência é essa que consegue “conviver com mais de um bilhão de habitantes do mundo em desenvolvimento que vivem na pobreza”, para não falar em miséria. Para não falar também na quase indiferença com que convive com bolsões de pobreza e “bolsos” de miséria no seu próprio corpo, o desenvolvido. Que excelência é essa, que dorme em paz com a presença de um sem-número de homens e de mulheres cujo lar é a rua, e deles e delas ainda se diz que é a culpa de na rua estarem. Que excelência é essa que pouco ou quase nada luta contra as discriminações de sexo, de classe, de raça, como se negar o diferente, humilhá-la, ofendê-la, menosprezá-lo, explorá-la fosse um direito dos indivíduos ou das classes, ou das raças ou de um sexo em posição de poder sobre o outro. Que excelência é essa que registra nas estatísticas, mornamente, os milhões de crianças que chegam ao mundo e não ficam e, quando ficam, partem cedo, ainda crianças e, se mais resistentes, conseguem permanecer, logo do mundo se despedem. Freire, (1992, p. 50)

Nesse sentido, buscar na essência do educador social, forças para enfrentar tantas adversidades é uma tarefa que não é fácil. Contudo, o cenário está desenhado, os desafios postos e a consciência de, contra quem e por quem se luta, estão muito claras. Então, nos cabe agora, pôr em prática os saberes, os conhecimentos e a disposição para transformar o quadro que se apresenta e superar os obstáculos, já que os obstáculos não se eternizam.

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam. Freire, (1996, p. 60)

## **Considerações Finais**

A partir de uma breve contextualização histórica, foram abordadas concepções e práticas ideológicas que demonstravam a fragilidade das políticas assistenciais e o tratamento dado, às crianças e adolescentes das camadas populares, que culminaram na institucionalização desse público em nosso País.

Dessa maneira, importa ressaltar que tal institucionalização acontece, independentemente dos espaços de atuação, seja ele, no ambiente formal ou não formal de educação, já que ainda hoje, as desigualdades sociais, apontam nessa direção e dão, exatamente, o panorama dessa problemática. Importa perceber que, não obstante, as práticas voltadas ao atendimento às crianças e adolescentes no Brasil, estas devem ser analisadas priorizando-se, principalmente, o recorte de classes.

Nesse sentido, portanto, compreender que o alvo do poder público e da sociedade para a devida adequação das famílias, às políticas de normatização dos sujeitos, historicamente, abrange a dimensão da pobreza, ou seja, das famílias das camadas populares, ratifica a demarcação cruel neste arcabouço.

Então, a necessidade da Pedagogia Social que é holística, se justifica no contraponto dessa estrutura e, na relevância das práxis e no papel do pedagogo/educador social, que nesse cenário influenciará sobremaneira na relação educador e educando, pois vem de encontro, a integralidade de ações necessárias as mudanças de paradigmas.

Assim, a partir desses pressupostos, intervenções pedagógicas sociais são imediatas, pois, se trata da pedagogia da convivência, do amor, do resgate, da construção e reconstrução e, nessa perspectiva, ser capaz de transformar o cidadão para que este saiba, de fato, o seu papel na sociedade.

Portanto, na intencionalidade da aplicação da Pedagogia Social, como necessária, por ser holística, do ponto de vista ampliado, significará o norte para ações articuladas com as famílias que, em muitos aspectos, se traduz em uma população de grandes vulnerabilidades sociais e relacionais, advinda de políticas sociais e educacionais, entre tantas outras, não ou mal implementadas, possibilitará afirmar a necessidade da pedagogia social, como construção, em todos os aspectos.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ARAÚJO, Margareth Martins. *Pedagogia Social: diálogos com crianças trabalhadoras*. Volume VIII / Margareth Martins Araújo. 1ed. – São Paulo (SP): 2015. – 192 p.

BERNAL, Elaine Marina Bueno. *Arquivos do abandono: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço Social de Menores de São Paulo* – São Paulo: Cortez, 2004

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido, 17ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.*

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido / Paulo Freire*. – Notas: Ana Maria Araújo Freire Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente*. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 165.

GRACIANI, Maria Stela Santos. *Pedagogia Social/Maria Stela Santos Graciani*. – 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

MACHADO, Érico Ribas. *Fundamentos da Pedagogia Social*. Unicentro, Paraná PR. 2006, 180 exemplares, p. 65.

NETO, João Clemente de Souza. *De menor a cidadão: filantropia, assistência social e genocídio*. Ed. Nuestra América: São Paulo, 1993

RIZZINI, Irene. *Crianças, adolescentes e famílias: tendências e preocupações globais*. **Interação em Psicologia**, v. 6, n. 1, 2002.

ROMANS, Mercè. *Profissão educador social / Mercè Romans, Antoni Petrus e Jalume TRILLA*; trad. Ernani Rosa. - Porto Alegre, Artmed: 2003 - 1. Educação – Educador Social. I Petrus, Antoni. II. Trilla, Jalume III. Título